

Polícia Militar de Rondônia

PM-RO

Soldado Policial Militar

A apostila preparatória é elaborada antes da publicação do Edital Oficial com base no edital anterior, para que o aluno antecipe seus estudos

NV-021MA-20



Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Polícia Militar de Rondônia

Soldado Policial Militar

Atualizada até 06/2020

AUTORES

Língua Portuguesa - Profº Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
História e Geografia de Rondônia - Profª Roberta Amorim
Informática Básica - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto e Rebecca Soares
Direitos Humanos - Profª Bruna Pinotti
Estatuto da Polícia Militar de Rondônia - Elaboração Interna
Noções de Direito Constitucional - Profª Giovana Marques
Noções de Direito Penal - Profº Rodrigo Gonçalves

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Josiane Sarto

DIAGRAMAÇÃO

Dayverson Ramon
Rodrigo Bernardes de Moura
Higor Moreira

CAPA

Joel Ferreira dos Santos

Edição JH/2020



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	01
Ortografia: emprego das letras e acentuação gráfica	08
Classes de palavras e suas flexões; Processo de formação de palavras; Verbos: conjugação, emprego dos tempos modos e vozes verbais.....	18
Concordância nominalmente verbal	57
Regência Nominal e verbal	64
Emprego do acento indicativo da crase	73
Colocação dos pronomes átonos; Funções sintáticas.....	76
Sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos	76
Emprego dos sinais de pontuação.....	80

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

História do Estado de Rondônia: Exploração, conquista, ocupação e colonização da Amazônia	01
Mercantilismo e políticas de colonização dos vales do Madeira e Guaporé; Submissão do indígena e resistência escrava. Navegação no Rio Madeira; Abertura do Rio Amazonas à navegação internacional	04
Exploração e Colonização do Oeste da Amazônia; Processo de Ocupação e Expropriação Indígena na área do Beni	15
Mão de obra para os seringais do Alto Madeira, Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.....	19
Território Federal do Guaporé e criação do Estado de Rondônia.....	23
Geografia do Estado de Rondônia: Aspectos gerais. Limites. Evolução políticoadministrativa e econômica; Setores produtivos da agropecuária; Hidrografia; Área e população; Zoneamento Socioeconômico e Ecológico.....	25
Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível do Estado de Rondônia	34

INFORMÁTICA BÁSICA

Conceitos, utilização e configuração de hardware e software em ambiente de microinformática.....	01
Sistema Operacional Windows (XP/7/8).....	07
Conceitos e utilização e configuração de hardware e software em ambiente de microinformática.....	76
Uso dos recursos, ambiente de trabalho, arquivo, pastas, manipulação de arquivos, formatação, localização de arquivos, lixeira, área de transferência e backup.....	76
Microsoft Office 2003/2007/2010 (Word, Excel e Power Point): Conceitos, organização, utilização, configuração e uso dos recursos: gerenciamento de arquivos, pastas, diretórios, planilhas, tabelas, gráficos, fórmulas, funções, suplementos, programas e impressão.....	77
Protocolos, serviços, tecnologias, ferramentas e aplicativos associados à Internet e ao correio eletrônico; Conceitos dos principais navegadores da Internet. Conceito de software livre	105
Conceitos de segurança da informação aplicados a TIC.....	151
Cópia de segurança (backup): Conceitos.....	153
Conceitos de ambiente de Redes de Computadores	159

SUMÁRIO

DIREITOS HUMANOS

Histórico dos Direitos Humanos. Direitos Fundamentais, Direitos Sociais e Direitos Difusos, Direito Cívico e Político	01
A Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	01
Violação dos Direitos Humanos.....	02
Segurança Pública e Cidadania	03
Constituição Federal Brasileira de 1988 e suas Emendas. Título I - Dos Princípios Fundamentais. Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais.....	06
Responsabilidade Civil do Estado.....	06
Processo Administrativo disciplinar.....	11
Princípios da Administração Pública	23
Emenda Constitucional nº 45/2004	29
Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 (ONU).....	35
Direitos Fundamentais, Direitos Sociais e Direitos Difusos, Direito Cívico e Político.....	38
Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica).....	39
Decreto n. 4.229, de 13 de maio de 2002 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH.....	57

ESTATUTO DA POLÍCIA MILITAR DE RONDÔNIA

Decreto-Lei n. 09-A/82. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado de Rondônia e dá outras providências.....	01
--	----

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Formação Constitucional do Brasil. A Constituição de 1988: Origem e Objetivos fundamentais	01
Estrutura e Organização do Estado Brasileiro; Direito Constitucional Estadual e Municipal.....	02
Organização dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Funções essenciais à justiça.....	05
O artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988: A missão constitucional das Polícias Militares	20
Artigos 1º a 16 e 37 a 42 da Constituição Federal.....	21

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Parte Geral e Especial (artigos 1º ao 359-H)	01
--	----

ÍNDICE

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

História do Estado de Rondônia: Exploração, conquista, ocupação e colonização da Amazônia	01
Mercantilismo e políticas de colonização dos vales do Madeira e Guaporé; Submissão do indígena e resistência escrava. Navegação no Rio Madeira; Abertura do Rio Amazonas à navegação internacional	04
Exploração e Colonização do Oeste da Amazônia; Processo de Ocupação e Expropriação Indígena na área do Beni	15
Mão de obra para os seringais do Alto Madeira, Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré	19
Território Federal do Guaporé e criação do Estado de Rondônia	23
Geografia do Estado de Rondônia: Aspectos gerais. Limites. Evolução políticoadministrativa e econômica; Setores produtivos da agropecuária; Hidrografia; Área e população; Zoneamento Socioeconômico e Ecológico	25
Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível do Estado de Rondônia	34

HISTÓRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA: EXPLORAÇÃO, CONQUISTA, OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

HISTÓRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA: EXPLORAÇÃO, CONQUISTA, OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA.

Nativos americanos habitavam o atual território de Rondônia há milhares de anos, como indicam estudos arqueológicos. Segundo o Tratado de Tordesilhas, esse território pertenceria à Espanha, mas sua exploração só começou no século 18.

Em 1621, durante a União Ibérica, esse território passou a ser administrado pelos portugueses, como parte do Estado do Maranhão e Grão-Pará, separado do Estado do Brasil.

Em 1637, o capitão-mor Pedro Teixeira comandou a primeira expedição portuguesa que percorreu o Vale do Alto Madeira. Em 1647, outra expedição, comandada por Raposo Tavares, explorou os vales dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Constatou-se que as várias cachoeiras e corredeiras nesses rios tornavam a navegação muito difícil.

Na segunda metade do século 17, começaram a ser instaladas missões dos jesuítas espanhóis no vale do Rio Mamoré, na atual Bolívia.

A descoberta de jazidas de ouro, em 1719, no atual município de Cuiabá, no Mato Grosso, atraiu exploradores à região. Em 1723, Francisco de Mello Palheta, Sargento-Mor do Grão-Pará, explorou o Rio Madeira, indo além da foz do Mamoré. Essa foi uma missão que buscava bases para reivindicar a região para Portugal.

Em 1728, os jesuítas João Sampaio e Manoel Fernandes fundaram a primeira missão religiosa para catequese dos índios, no atual território de Rondônia, na margem direita do Rio Madeira. Chamava-se Santo Antônio das Cachoeiras, atualmente, um subúrbio de Porto Velho. Data dessa época, a fundação da primitiva Capela de Santo Antônio. Essa aldeia tornou-se também conhecida como Santo Antônio do Madeira.

Em 1734, achou-se ouro no Vale do Alto Guaporé. Outras jazidas foram descobertas, nos anos seguintes, e novos povoados começaram a se formar na região.

Nos anos 1740, os índios muras, sentindo-se enganados por um explorador português, atacaram e incendiaram a Aldeia de Santo Antônio.

Em 1742, o Manuel Félix de Lima e outros mineradores, desobedecendo ordens régias para evitar o comércio clandestino de ouro, desceram os rios Guaporé, Madeira e Amazonas e chegaram em Belém, inaugurando uma rota que se tornaria estratégica para o oeste de Mato Grosso (atual Rondônia). Félix de Lima foi preso e enviado para Portugal.

A Capitania de Mato Grosso e Cuiabá foi criada em 1748, mas instalada em 1751. Com o Tratado de Madrid, de 1750, a Espanha reconheceu o Mato Grosso como sendo português, mas as disputas territoriais na região

continuaram pela segunda metade do século 18. O Mapa das Cortes, de 1749, indica que existiam missões dos jesuítas portugueses na margem direita do Rio Madeira e várias missões espanholas no lado esquerdo do Rio Guaporé.

Em 1748, o Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará enviou uma expedição, com José Gonçalves da Fonseca, para explorar e mapear a navegação fluvial, entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, formada pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé. A expedição saiu de Belém, em julho de 1749, e retornou no final de 1750, com dados preciosos sobre a região.

A partir de 1752, como uma política de povoação e proteção das fronteiras, o Governador de Mato Grosso atraiu índios das missões espanholas para missões portuguesas, no lado brasileiro.

A segunda metade do século 18 começou com grandes mudanças no Brasil, devido à administração do Marquês de Pombal (1750-1777). Os jesuítas foram expulsos, em 1759, mas, no Mato Grosso, ficaram por mais alguns anos. Em 1755, Pombal criou Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, cujos interesses tinham relação com a navegação nos rios Madeira e Guaporé. A Aldeia de Santo Antônio foi reconstruída como um entreposto comercial no alto do Rio Madeira e servia de abastecimento para as minas do Vale do Guaporé.

Em 1753, buscando a proteção da fronteira e da navegação no Rio Guaporé, o Governador de Mato Grosso instalou um posto fortificado em Santa Rosa, no local de uma antiga missão dos jesuítas espanhóis, na margem direita do Rio Guaporé (cerca de 4 km abaixo da atual Cidade de Costa Marques). A partir do ano seguinte, Santa Rosa foi atacada pelos espanhóis. Por volta de 1759, foi construído o Forte de Nossa Senhora da Conceição, naquela área, mas destruído por incursões espanholas. Por volta de 1768, o Forte foi reconstruído e recebeu o nome de Bragança, mas uma grande enchente no Rio Guaporé, em 1771, danificou suas estruturas e foi abandonado posteriormente.

Em 1773, o Governador de Mato Grosso buscou um local para a construção de um novo forte na margem direita do Rio Guaporé. Em 1776, começou a ser construído o Forte Príncipe da Beira, a cerca de dois quilômetros de Santa Rosa, abaixo do Rio. O Forte foi concluído em 1783. Nessa época, já vigorava o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Por estar em plena floresta amazônica, seus custos foram imensos, principalmente pela dificuldade de transporte de materiais, mas também pela dimensão da obra. Foi abandonado no final do século 19 e está atualmente em ruínas.

Em 1821, o atual território de Rondônia estava dividido entre as províncias do Rio Negro (Amazonas) e Mato Grosso.

Amazônia abrange Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. A região caracteriza-se pela extensa planície sedimentar aluvial, densa floresta equatorial e maior bacia hidrográfica.

Inseridas na Região Amazônica estão as sub-regiões dos vales do Guaporé, Mamoré e Madeira.

A exploração, as visões e o imaginário do conquistador na Amazônia. A conquista e a colonização da região amazônica foram motivadas por fatores de ordens diversas.

Busca de riquezas minerais, vegetais e a consolidação de uma base de produção mercantilista.

Durante os séculos XVI e XVII, os exploradores – os rios da Amazônia. Vicente Pizón (1460–1523) – Em 1490–1546 – Francisco Orellana.

Primeiras expedições

A partir da expedição de Vicente Pinzón (1500), descobridor da foz do Rio Amazonas, até por volta de 1570, cerca de 24 expedições espanholas tentaram penetrar na Amazônia.

Duas delas, a de Francisco de Orellana, em 1542, e a de Pedro de Ursua/Lopo de Aguirre, 1560–1561, percorrem totalmente a calha do Solimões – Amazonas.

Expedição de Francisco de Orellana

Os espanhóis, depois de conquistarem o Peru (1532) com a ajuda das tropas de Francisco Pizarro, partiram para explorar o noroeste da América do Sul e da Bacia Amazônica.

Orellana – por objetivo encontrar – forma de produzir especiarias para competir com os portugueses. A expedição partiu de Cuzco, passando por Quito, cerca de 220 espanhóis a cavalo e quase 4 mil índios.

Expedição de Pedro Teixeira

Em virtude da União Ibérica, os portugueses receberam ordens para conquistarem o oeste da Amazônia – posse espanhola. Expedição de Pedro Teixeira – composta por 47 canoas, 70 portugueses, cerca de 2 mil índios remeiros e flecheiros e tendo como guias Brieba e Toledo, a expedição saiu de São Luís em julho, rumo a Belém – chega a Quito em 12 meses.

Ação dos missionários na Amazônia colonial

No século XVII, vários grupos percorreram a Amazônia: os sertanistas, em busca de drogas do sertão; as expedições oficiais comandadas por militares e os sertanistas; tropas de apresamento e os missionários em busca do índio cativo. A presença dos portugueses, resultou na ampliação do território, formação de vilas, fortes e missões na Amazônia.

As missões e fortificações foram construídas ao longo dos rios Amazonas, Branco, Negro, Madeira, Tapajós e Xingu. Depois D. João IV dividiu a região entre ordens religiosas. Os missionários, sobretudo os jesuítas, opunham-se à escravização dos índios. Padre Antônio Vieira defendia os nativos, em 1680, restabeleceu a autoridade dos jesuítas na Amazônia e decretou a liberdade dos índios.

O governo português pretendeu ocupar a região Amazônica de três maneiras: com a criação de capitânias reais e capitânias hereditárias; e pela ação missionária, com a ajuda das ordens religiosas e como os Jesuítas, carmelitas, franciscanos e Mercedários.

De uma maneira geral a política colonial portuguesa para o indígena consistia em considerá-lo livre, exceto em alguns casos previstos em lei; entregá-lo à responsabilidade dos missionários.

Formas de introdução do indígena na sociedade colonial. Descimento: convencimento missionário e aldeamento.

Administração de Pombal

No século XVIII, com a ascensão de D. José I, várias transformações políticas e econômicas em Portugal. O ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – o marquês de Pombal – influenciado pelas ideias iluministas da Europa, pretendia acabar com a dependência de Portugal – Inglaterra.

Em 1750, por meio do Tratado de Madrid, a Espanha ficou com a posse da região do Rio da Prata, recuperando a Colônia de Sacramento, e a Portugal coube a região dos Sete Povos das Missões e a Amazônia. A Política centralizadora de Portugal, visava a Amazônia em detrimento de suas riquezas.

Para isso foi criado a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão – monopólio das drogas do sertão, até então nas mãos dos missionários.

Tratados Importantes

- O Tratado de Tordesilhas (1494) definiu as áreas de domínio do mundo extra europeu.
- O Tratado de Lisboa (1681), devolução pelos espanhóis da Colônia do Sacramento.
- O primeiro Tratado de Utrecht entre Portugal e França (1713), as fronteiras portuguesas do norte do Brasil: o rio Oiapoque reconhecido limite natural entre a Guiana e a Capitania do Cabo do Norte.
- O segundo Tratado de Utrecht entre Portugal e Espanha (1715) tratou da segunda devolução da Colônia de Sacramento a Portugal.
- Tratado de El Pardo (1761) – Anulou o Tratado de Madri.
- O Tratado de Santo Ildefonso (1777) – confirmou o Tratado de Madri; devolveu a Portugal a ilha de Santa Catarina; ficou a Espanha com a Colônia de Sacramento e a região dos Sete Povos.

Marquês de Pombal

Em 1759, Pombal expulsou os jesuítas das colônias portuguesas, especialmente da Amazônia. Em 1798 o Diretório dos Índios foi abolido em decorrência da corrupção e dos abusos cometidos pelas autoridades.

Foi criado o Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 31 de julho de 1751, proteger a Amazônia. Francisco Furta-do, meio irmão de Pombal, foi nomeado para governar o novo Estado.

Os portugueses enviaram Francisco Caldeira Castelo Branco para expulsar os estrangeiros da Amazônia. Em 1616 foi fundado o forte do Presépio; núcleo da cidade de Belém. A região era domínio dos tupinambás.

Ocupação dos Vales do Madeira, Mamoré e Guaporé

Capitanias do Grão-Pará e Maranhão tinham interesses em povoar a região do Madeira – jesuítas catequizar os índios. Em 1734 o sargento-mor Francisco de Mello Palheta encontra ouro. Com a criação da Cap. do Mato Grosso governador intensifica a ocupação da região.

Primeiro passo – portugueses – ocupação da Amazônia

- Fundação do Forte Presépio – futura cidade Santa Maria de Belém do Grão – Pará, em 1616.
- Pedro Teixeira – demarcações na Bacia Amazônica. Em 1524, sertanista Aleixo Garcia percorria o Guaporé com destino ao Peru – Nuflo Chaves – Guaporé até o Paraguai – junto com Álvaro Cabeza de Vaca.
- Em 1647 – Antônio Raposo Tavares partiu de São Paulo – Vale do Madeira – procura de riquezas
- Entre 1723-1728, padre João Sampaio funda a Aldeia de Santo Antônio – primeira povoação margem direita do rio.
- A mineração no Mato Grosso – Histórico do ouro – 1719, Pascoal Moreira Cabral, descoberto ouro em Mato Grosso. 1722, Miguel Sutil, descobre ouro em Cuiabá. Após 1730 a queda na produção aurífera do Mato Grosso.

Diamantes:

1747, descoberta de diamantes no arraial Diamantino. Proibição pela autoridade colonial da exploração. Dispersão dos moradores. Afluxo populacional para Mato Grosso:

- Através das monções e expedições fluviais que partem de São Paulo;
- Afluxo de significativo contingente humano composto de religiosos, funcionários do governo, comerciantes, profissionais liberais, escravos e aventureiros; súbito e volumoso aumento populacional.
- As lavras e faisqueiras e o caráter nômade da produção. O abastecimento exterior. As relações com a colônia espanhola. O Contrabando. Manuel Félix de Lima – 1742.

Criação da Capitania de Mato Grosso

Em 9 de maio de 1748, é fundada a Capitania de Mato Grosso – preocupação com a Espanha – Tratado de Madri em 1750. Cap. General – Dom Antônio Rolim de Moura. Governador da Capitania – posse 14 de janeiro de 1751.

A Capital foi fundada em 19 de março de 1752 – Vila Bela da Santíssima Trindade. Governadores: Rolim de Moura, João Câmara, Luis Coutinho, Luiz de Mello Pereira e Cárceres e João de Mello Pereira e Cáceres.

As dificuldades de sobrevivência na fronteira do Mato Grosso:

- Intercâmbio entre portugueses e espanhóis à margem dos interesses metropolitanos a queda da produção mineral endividava mineiros e comerciantes; isso estimulava do comércio entre colônias;
- No Guaporé as missões espanholas eram alternativas de abastecimento.
- 1759, Rolim de Moura ordena:

A fundação do povoado de Nossa Senhora da Boa Viagem de Salto Grande do Rio Madeira (hoje Teotônio; ao juiz Teotônio de Gusmão; atacado por indígenas, mosquitos, malária e fome, o povoado desaparece.

- 1798: Em 12 de maio é aprovado o plano de navegação entre as cidades de Belém e Vila Bela através da Carta Régia. Destinava-se a estimular o comércio monçoeiro criando postos de apoio à navegação no rio Madeira. O quinino, extraído da arvore da Quina, é descoberto na Capitania do Mato Grosso.



EXERCÍCIO COMENTADO

1. (TJ-RO – ECONOMISTA – CESGRANRIO) A história da ocupação luso-brasileira na Amazônia e, em especial, no Estado de Rondônia remonta ao começo do século XVIII, a partir da descoberta de grandes jazidas de ouro. Essas descobertas

- a) levaram ao desmembramento da antiga capitania de Mato Grosso, cuja porção ocidental passou a se denominar capitania de Rondônia.
- b) criaram núcleos isolados de povoamento com uma população de negros escravos para o trabalho nas jazidas recém-descobertas.
- c) deslocaram, de outras regiões da Amazônia, escravos alforriados que viam na garimpagem possibilidades de se estabelecerem em terras disponibilizadas pela Coroa Portuguesa.
- d) atraíram mineradores vindos de Cuiabá, que migraram para a região, criando os primeiros povoados do vale do Guaporé.
- e) atraíram para a região padres missionários, únicas pessoas autorizadas pela Coroa Portuguesa a controlar a extração dos metais preciosos.

RESPOSTA: Letra D. A intenção de enriquecer atraiu milhares de pessoas para a região, em busca de melhores condições de vida. Entre os que mais se destacam estão os mineradores que vinham da província do Mato Grosso

MERCANTILISMO E POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO DOS VALES DO MADEIRA E GUAPORÉ SUBMISSÃO DO INDÍGENA E RESISTÊNCIA ESCRAVA. NAVEGAÇÃO NO RIO MADEIRA. ABERTURA DO RIO AMAZONAS À NAVEGAÇÃO INTERNACIONAL

MERCANTILISMO E POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO DOS VALES DO MADEIRA E GUAPORÉ

Real Forte do Príncipe da Beira¹

Da restauração da Coroa Portuguesa, em 1640, no fim da União Ibérica, até boa parte do século 18, os tempos foram de disputas territoriais entre Portugal e Espanha, especialmente na América do Sul.

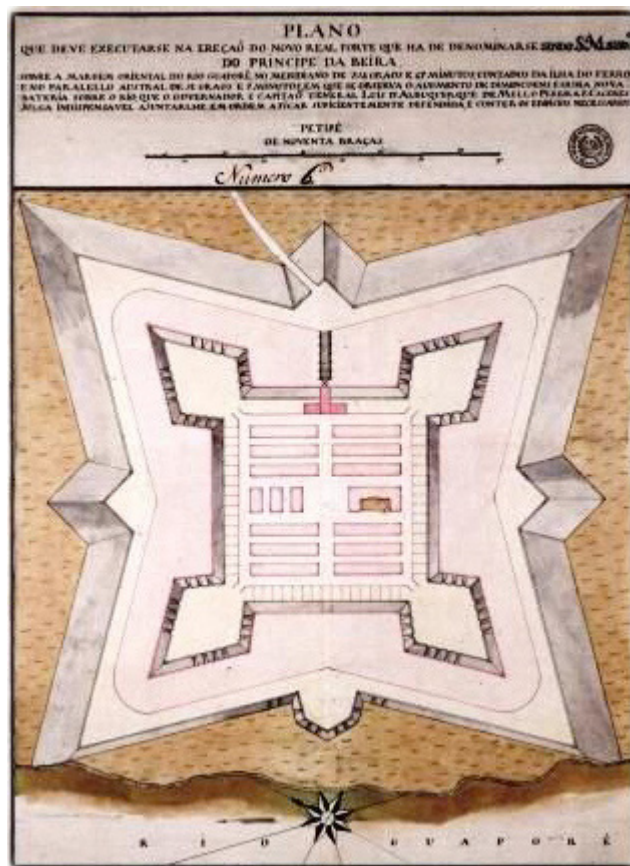
Para proteger as fronteiras do Centro-Oeste brasileiro, como acordado no Tratado de Madrid (1750), e o ouro de Mato Grosso, foram construídas algumas fortificações nas margens dos rios de fronteira, como o Forte Coimbra (Corumbá - MS) e o Real Forte Príncipe da Beira, no atual Município de Costa Marques, na margem direita do Rio Guaporé. Nos atuais territórios da Bolívia, Paraguai e Argentina existiam várias missões de jesuítas espanhóis, que ameaçavam o território brasileiro. Ocorreram várias invasões e ataques.

Apesar do Tratado de Madrid, os espanhóis tentaram reconquistar a área da antiga missão espanhola de Santa Rosa, na margem direita do Rio Guaporé, atual Município de Costa Marques. Os governadores de Mato Grosso construíram fortificações na área, mas elas foram destruídas pelas incursões espanholas e por uma enchente no Rio, em 1771.

A navegação no Rio Guaporé era uma questão estratégica. Por determinação de Portugal, o Governador do Mato Grosso, Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, auxiliado pelo engenheiro Domingos Sambuceti, exploraram a região, em 1773, em busca de um local mais seguro, para a construção de uma fortaleza. O local foi achado, dois quilômetros abaixo, na margem direita do Rio Guaporé. Sambuceti era um engenheiro, natural de Gênova, a serviço de Portugal, havia participado das construções das fortalezas de Gurupá, Santarém, Almerim e de Macapá.

O Plano do Forte Príncipe da Beira foi elaborado por volta de 1775, em estilo Vauban. Segundo Lourismar da Silva Barroso, que lançou um livro sobre o Forte, em 2015, o local do Forte começou a ser preparado em 1775. Sua construção, dirigida por Sambuceti, começou em 20 de junho de 1776, quando foi colocada a pedra fundamental, e foi inaugurado em 20 de agosto de 1783. Ao longo de sua construção, o projeto foi alterado algumas vezes. Ainda segundo Lourismar, foi construído com mão de obra de brancos, escravos e índios. Centenas de pessoas morreram durante as obras, principalmente de malária.

¹ Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/rondonia/principe-beira.htm> Acesso em 25.05.2020



Plano do Forte Príncipe da Beira, cerca de 1775. Fonte: Cartografia do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

A data da fundação está registrada na face setentrional do Forte, com inscrição em latim: «Josepho I Lusitania Et Brasilia Rege Fidelissimo Ludovicus Albuquerqueius Mello Pererius Cáceres... Primus Lapidum Posuit Anno Christi MDCCCLXXVI, Die XX Mensis Junii.»

O nome é uma homenagem a D. José de Bragança, Príncipe da Beira, filho da Rainha D. Maria I. Foi um empreendimento de imenso custo, uma obra gigantesca em plena floresta amazônica. Foi a segunda maior fortaleza edificada no Brasil, depois da Cidade do Salvador, fundada como uma fortaleza, em 1549.

O Forte Príncipe da Beira era uma cidadela de pedra. Lourismar estima que mais de 800 pessoas viviam no Forte, em seu auge. Seu tamanho traduz a necessidade de abrigar a todos da comunidade em seu interior, por estar em local perigoso, isolado e de difícil acesso.

Sambuceti contraiu malária e morreu durante a construção, em 1780. Assumiu, então, o Capitão José Pinheiro de Lacerda, substituído, alguns meses depois, pelo Sargento-mor do Real Corpo de Engenheiros do Exército Ricardo Franco de Almeida e Serra. Este foi também responsável por importantes trabalhos de levantamento e mapeamento de áreas da Amazônia.

O Forte foi assentado em um terraplano, a cerca de dez metros da barranca do Rio. Suas muralhas eram de sólida cantaria, com 10 metros de altura. Possuía 970 m de perímetro e 4 baluartes armados com 14 canhoneiras, cada. Edifícios no interior do Forte abrigavam os quartéis da guarnição, armazéns, hospital, prisão, capela, cisterna e paiol subterrâneo. O acesso era feito por ponte

levadiça sobre um fosso com águas do Rio. O primeiro comandante do Forte foi o Capitão de Dragões José de Melo de Souza Castro e Vilhena. A imponente construção nunca foi ameaçada por combate.

Em 1789, o Forte foi visitado, em missão científica oficial, pelo baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, o primeiro grande naturalista brasileiro.

Em 1869, o majestoso Forte já apresentava sinais de abandono, como relatou o cronista Joaquim Ferreira Moutinho, que lá esteve naquele ano.

Segundo Sílvio do Nascimento (Real Forte Príncipe da Beira, 2013), após a Proclamação da República, em 1889, o Forte deixou de receber assistência do Governo. Seu último comandante, o Sargento Queiroz, dirigiu-se à Vila Bela da Santíssima Trindade, então, capital de Mato Grosso, e fez saudações a D. Pedro II, pois não havia sido informado da mudança do regime de governo. Por isso, foi preso, mas absolvido.

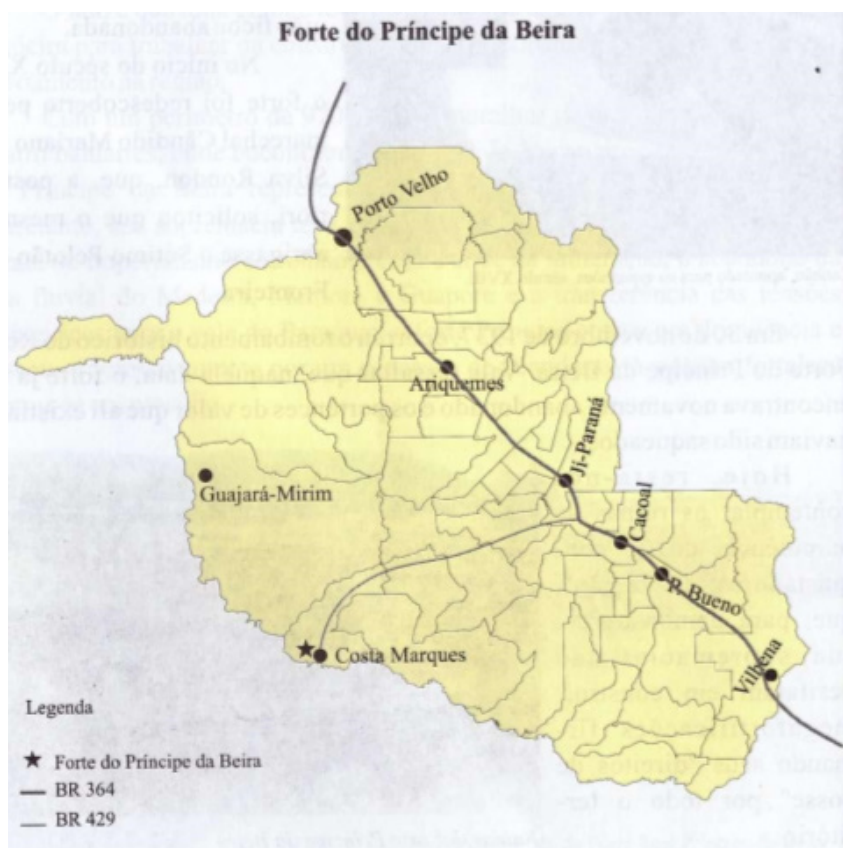
O Forte foi abandonado após a Proclamação da República, em 1889, e saqueado nos anos seguintes. Sílvio do Nascimento cita que o abandono ocorreu em 1895 e que canhões e um grande sino de bronze foram levados. As margens do Rio Guaporé continuaram a ser explorado por seringueiros, principalmente bolivianos. Equipamentos do Forte foram encontrados na Bolívia.

Em 1906, o engenheiro mato-grossense Manoel Esperidião da Costa Marques, o mesmo que dá nome ao Município que abriga o Forte, estava em uma expedição ao Vale do Guaporé, quando visitou o Forte. Ele constatou sua lamentável situação, envolta em espessa mata e completamente saqueada, como registrou em suas memórias. Costa Marques contraiu malária durante essa expedição e faleceu.

Em 1911, a Expedição de Cândido Rondon visitou o Forte, tirou uma fotografia, demonstrando o abandono do Forte. Um artigo na Revista Ilustração Brasileira, de 1º de abril do mesmo ano, abordou o descaso com o Forte e a invasão de bolivianos nos seringais brasileiros da área. Nesse artigo, o autor relatou que existiam informações de que um dos canhões do Forte fora comprado por um cruzador inglês, no porto de Antofagasta (Chile), e remetido ao Museu Histórico de Londres.

Uma comissão oficial também visitou o Forte, em julho de 1913, quando ainda existiam algumas peças de artilharia no local. Uma limpeza do mato foi feita por cortesia da Madeira-Mamoré Railway.

Em 1930, Rondon retornou ao Forte e alertou às autoridades sobre suas condições e importância histórica. Em 1943, o magnata das comunicações Assis Chateaubriand também visitou o Forte. Em 1950, o Forte foi tombado pelo antigo SPHAN. Em torno dele desenvolveu-se o povoado Príncipe da Beira. Desde 2007, o Iphan e o Exército desenvolvem atividades de restauração do Forte e escavações arqueológicas na área. O Exército mantém instalações militares vizinhas ao Forte. Nos anos '50, dois canhões do Forte, com os anos de 1650 e 1700 gravados, estavam no Quartel de Guajará-Mirim. Outros dois canhões estão no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.



Fonte: OLIVEIRA, Ovídio Amélio de – História, desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia: Porto Velho – RO – janeiro de 2004 – Dinâmica Editora e Distribuidora Ltda, 2003.